

**EMENDA Nº - PLEN**  
(ao PL nº 1542, de 2020)

Inclua-se, onde couber, no Projeto de Lei nº 1542, de 2020, a seguinte disposição:

**“Art.** As farmacêuticas não deixarão de fornecer medicamentos em razão do disposto no art. 1º.”

**JUSTIFICAÇÃO**

Recebemos com preocupação a Nota Técnica de 12 de maio de 2020, assinada por diversos grupos farmacêuticos e direcionada aos parlamentares, em que consta a seguinte afirmação:

“Por fim, destaca-se que a suspensão do ajuste nos preços de medicamentos poderá inviabilizar a manutenção de alguns produtos no mercado. Como exemplo, citamos os produtos estratégicos como Penicilina Benzatina, Azitromicina, Heparina e diversas vacinas. Devemos ter em mente que o maior preço que se paga por um medicamento se dá quando ele não está mais à disposição da população.”

Lamentamos profundamente o tom ameaçador da Nota Técnica, que demonstra total falta de empatia com a situação em que vivemos no Brasil.

É notória a necessidade de as empresas evoluírem juntamente com a sociedade no sentido de trabalhar com ética e respeito aos direitos humanos. Isso se aplica especialmente às grandes empresas, que têm papel fundamental na criação de ações de responsabilidade social.

Em um momento de crise sanitária, decorrente da pandemia do novo coronavírus, tal responsabilidade recai especialmente em grandes empresas que não têm sido duramente afetadas pela crise. Nesse rol certamente se encontram as farmacêuticas que, sem dúvida alguma, têm lucrado cada vez mais.



Dessa forma, entendemos que é absolutamente necessário que o Projeto de Lei em análise proíba que as farmacêuticas deixem de fornecer qualquer medicamento em razão da medida.

A saúde é um direito de todos, previsto no art. 6º, *caput*, da Constituição Federal.

Diferentemente da Nota Técnica, entendemos sim que “saúde não tem preço”.

Sala das Sessões,

**Senador FABIANO CONTARATO**  
Senador (Rede/ES)



SF/20030.93551-48